

## **A OCUPAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: ÁREA DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL**

Marcela Pereira Santos  
Universidade Federal Fluminense  
mpsantos350@gmail.com

### **RESUMO:**

Este trabalho a partir da abordagem qualitativa apresenta uma análise sobre a ocupação desigual do espaço urbano em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro. A ausência de uma política habitacional que contemple os segmentos mais pobres da população tem ocasionado à ocupação de áreas de risco, tornando os moradores destes locais mais suscetíveis a desastres. Destacamos a Comunidade da Ilha localizada às margens do Rio Ururaí, área de elevada vulnerabilidade social, que sofreu com as inundações de 2007/2008 e continua invisível às autoridades públicas, haja vista que suas reais necessidades não são de fato consideradas.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Áreas de risco; Vulnerabilidade Social;

GT-16: Produção e reprodução do espaço urbano-teoria e prática

## 1- INTRODUÇÃO

O presente artigo a partir do referencial teórico da metáfora denominada por Manuel Castells de *buracos negros do capitalismo informacional*,<sup>1</sup> a discussão de Milton Santos sobre a perversidade dos impactos da globalização para as áreas e os segmentos sociais marginalizados e o *direito à cidade* de Henri Lefebvre, aborda a produção desigual do espaço urbano, que cria as áreas empobrecidas, aumentando a exclusão social.

Com destaque para o processo de urbanização em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro, que devido à fratura social relacionada à problemática habitacional, problema de escala nacional que afeta também o município, tem desencadeado a ocupação de áreas de risco. Para Marandola & Hogan (2004, p.100) “risco (*risk*) é utilizado pelos geógrafos como uma situação, que está no futuro e que traz a incerteza e a insegurança. Assim, há regiões de risco (*regions of risk*) ou regiões em risco (*regions at risk*)”. A ampliação dos desastres relacionados a inundações nas regiões urbanas encontra-se associada aos processos de uso e ocupação dos solos e à forma de gestão dos recursos hídricos.

Cabe aqui destacar a Comunidade da Ilha<sup>2</sup>, localizada às margens do Rio Ururaí, uma área suscetível à inundação que apresenta elevada vulnerabilidade social e sofreu em 2007 e 2008 com as fortes chuvas. As moradias, muitas delas improvisadas, sem estrutura, seus moradores, muitos deles excedente de mão-de-obra da cultura canvieira que entrou em declínio no final do século XX, encontram nestas regiões lugar de residência fixa, pois a especulação imobiliária, fez com que os preços dos terrenos subissem na cidade.

Observa-se que essa população que já vive diariamente em condições precárias e vulneráveis a desastres, continua invisível ao poder público. Face ao exposto, são necessárias

---

<sup>1</sup> De acordo com Castells (2002), a globalização atua de forma seletiva, incluindo e excluindo segmentos de economias e sociedade das redes de informação, riqueza e poder caracterizam o novo sistema dominante. Esse sistema gera aumento da desigualdade, polarização social, pobreza e miséria na maior parte do mundo. O autor utiliza a metáfora cósmica, de buracos negros do capitalismo informacional, que se referem a áreas da sociedade nas quais do ponto de vista estatístico, não há escapatória da dor e da destruição infligida no elemento humano para aqueles que de alguma forma ou de outra, adentram esses cenários sociais. Esses buracos negros concentram em seu interior toda energia destrutiva que afeta a humanidade. As pessoas e locais que ingressam em tais buracos negros tem menor importância.

CASTELLS, Manuel. **Fim do Milênio**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

<sup>2</sup> A Ilha faz parte da localidade de Ururaí, entretanto, iremos utilizar o termo Comunidade ao longo deste artigo, pois é a forma como a população residente prefere ser chamada.

políticas que promovam justiça social, para tanto, as pessoas devem ter acesso a iguais oportunidades de forma a serem favorecidas pelos frutos da produção coletiva da riqueza e assim diminua a desigualdade no espaço urbano.

## 2.1- O CRESCIMENTO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

Pode-se afirmar que na paisagem urbana as desigualdades sociais se materializam de forma contundente e se tornam mais visíveis. Por um lado, vemos o grande capital com força política para impor as transformações espaciais do território, moldando a cidade em função dos interesses da economia globalizada, e do outro lado de acordo com Smith & Owens (1996, p.155) “há a luta diária das populações desejosas de alcançar seus modestos, porém frequentemente inatingíveis objetivos dentro de um ambiente que está sendo dividido, expropriado e degradado de maneiras cada vez mais sutis”.

Milton Santos, em seu livro, *A Natureza do Espaço*, destaca bem o papel dos atores hegemônicos que respondem a uma demanda de racionalidade:

O imperativo da competitividade leva à aceleração da modernização de certas partes da cidade em detrimento do resto. O uso dos recursos sociais, a começar pelos bens coletivos, torna-se irracional. A globalização, pois, tem um papel determinante na produção da irracionalidade e no uso irracional da máquina urbana. A cidade já vinha criando os seus excluídos e os seus irracionais. O processo de globalização acelera essa tendência. Ao mesmo tempo, há uma demanda de produtividade por atores privilegiados e uma produção de irracionalidade para a maior parte. (SANTOS, 2009, p. 306-307).

Para Castells (2002) há mais nesse processo de reestruturação social do que simplesmente desigualdade e pobreza. Existe também a exclusão de pessoas e territórios, que do ponto de vista dos interesses dominantes no capitalismo global são relegados a uma posição de irrelevância estrutural. Esse processo de exclusão social leva a formação do que o autor chama de *buracos negros*, que representam as áreas da sociedade atingidas pelas mais diversas mazelas. Rogério Haesbaert (1995), por sua vez, vai denominar essas áreas de aglomerados de exclusão.

Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. A desterritorialização arrasadora dos aglomerados excludentes produz assim o anonimato, a anulação de identidades e a

ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes. (HAESBAERT, 1995, p.193).

A globalização do capital e o aumento brusco das capacidades técnicas produziram enormes efeitos em escala. Enfrentamos um terrível problema em nossa economia política global, o surgimento de novas lógicas de expulsão<sup>3</sup>. O capitalismo avançado em sua forma mais extrema pode levar à miséria e à exclusão de mais pessoas, que deixam de ter valor como produtores e consumidores. (SASSEN, 2016).

“Hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o *opressor* é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível”. (SASSEN, 2016, p. 19).

A chamada “nova pobreza” caracteriza-se por afetar de forma profunda pessoas e famílias da classe trabalhadora, que simplesmente não têm condições de manter um padrão de vida com base em seus rendimentos. Uma das faces mais surpreendentes desse tipo de pobreza é a falta de moradia. (CASTELLS, 2002).

Não obstante, observa-se um crescimento das ocupações de áreas irregulares, como topo de morros e margens de rios, deixando essas pessoas que já vivem as agruras da pobreza, suscetíveis também aos riscos naturais. Para Smith & Owens (1996) os lugares em que vivem os vulneráveis são pouco frequentados pelos bem-sucedidos, os prósperos e poderosos, enquanto os pobres, que precisam ganhar a vida em tais áreas, têm pouca voz ativa e representação.

Segundo Milton Santos (2009) o crescimento das ocupações irregulares resulta da ineficiência do Estado de oferecer a população mais pobre um programa habitacional adequado, a omissão do poder público, quando afirma que em nome da modernidade e das necessidades da globalização econômica, acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano todo o resto. Assim, alguns atores, graças aos recursos

---

<sup>3</sup> Nas duas últimas décadas, houve grande crescimento da quantidade de pessoas, empresas e lugares expulsos das ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. Editora: Paz e Terra, RJ e SP, 2016.

públicos, encontram condições para a sua plena realização, os demais, isto é, a maioria, não tem resposta adequada para suas necessidades essenciais.

Nessa nova geografia da exclusão social, a cidade é habitada por milhões de pessoas sem moradia, presas, prostituídas, criminalizadas, doentes e analfabetas. Essas pessoas constituem maioria em algumas áreas, minoria em outras e uma pequena minoria em alguns poucos contextos privilegiados. (CASTELLS, 2002).

A natureza corporativa das cidades agrava o círculo vicioso da pobreza, os investimentos econômicos são privilegiados em detrimento dos sociais. Naturaliza-se desse modo, a escassez. É a orientação dos investimentos destinados a uma modernização excludente. A pobreza atual é estrutural, cientificamente produzida pela falta de acesso aos bens de direito comum. (SILVEIRA, 2010).

De acordo com Castells (2008) a falta de moradia é uma das principais causas da queda da qualidade de vida urbana. Além disso, em todo o mundo, a miséria pode ser apontada como uma das maiores causas da degradação ambiental.

Há que se considerar que “os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais”. (COELHO, 2005, p. 21).

Logo, degradação ambiental e pobreza são elementos indissociáveis. Nos espaços urbanos mais pobres existe uma grande limitação quanto à preocupação com a degradação do meio ambiente. Para Rodrigues (2001) os problemas urbanos denominados como ambientais, na realidade, são sociais. Nas comunidades esquecidas pelo poder público, as necessidades de sobrevivência são tão urgentes que a preservação ambiental fica de certa forma relegada a um segundo plano. Com isso, a população fica exposta aos riscos de um ambiente degradado e insalubre.

Decorrente, essencialmente, da má distribuição de renda, as consequências da desigualdade social no Brasil são observadas na favelização, pobreza, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização e violência.

Henri Lefebvre, em seu livro *o Direito à Cidade*, defende o direito ao *habitar*, onde *habitar* significa não somente o fato de morar em um lugar, mas sim a possibilidade de ocupação e concepção da própria cidade, que vai além do desfrute da casa. O direito à cidade, portanto, transcenderia consideravelmente o da moradia. Todavia, o Estado e a Empresa se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la, criando segregação.

Apropriando-se da metáfora de Manuel Castells (2002) são *nos buracos negros do capitalismo informacional* que estão as populações das periferias, a economia capitalista contemporânea cria mais exclusão social e as novas tecnologias da informação funcionam como instrumento global de acúmulo de riqueza e difusão de pobreza. Portanto, estudar esses espaços seria importante para compreendermos a dinâmica das cidades e outros problemas que estão relacionados ao crescimento desigual do espaço urbano.

Não obstante, Milton Santos (2009) destaca que a precariedade da existência da maioria da população não exclui a produção de necessidades, calcada no consumo das classes mais abastardas. Logo, na cidade a abundância e escassez convivem lado a lado, sendo, essa brutal desigualdade, a força propulsora para reverter à lógica perversa da globalização.

## **2.2- FRATURA SOCIAL: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

O município de Campos dos Goytacazes está situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro (Figura 1), conhecida como terras dos índios goitacás, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro, com uma população de 463.545 habitantes (Censo 2010 - IBGE)<sup>4</sup>, é a maior cidade do interior fluminense e a décima maior do interior do Brasil teve seu desenvolvimento alavancado em 1652 com a instalação do primeiro engenho da agroindústria açucareira. O povoamento da região se deu sobre uma planície de inundação às margens do rio Paraíba do Sul, caracterizada por relevos de baixas declividades.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ver tabela do Censo Demográfico 2000-2010.

Disponível em [www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php/uff=33](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php/uff=33)

<sup>5</sup> Portanto, são áreas sujeitas à inundação.

Figura 1- Localização do Município de Campos dos Goytacazes - RJ



Fonte: IBGE 2008.

Souza (2009) em sua dissertação relata que o processo de ocupação urbana no município de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro iniciou-se com o Plano Urbanístico de Saturnino de Brito, elaborado em 1902, e tratava, sobretudo, dos problemas sanitários, mas havia também previsão de projetos para casas populares. No entanto, a efetivação de tais propostas ocorreu em áreas pontuais e isoladas. Apesar disso, até 1944, a direção tomada pela expansão urbana da cidade foi determinada por esse plano. As primeiras residências estavam localizadas nas baixadas, próximas a brejos e rios, apresentando condições sanitárias precárias.

A partir da década de 1950, aumentou o processo de urbanização das sedes distritais, ultrapassando-se o limite das ferrovias e expandindo-se em todas as direções na forma de grandes loteamentos. A expansão da cidade de Campos dos Goytacazes caracterizou-se por uma disputa de espaço com os canaviais e o reflexo disso é a elevada taxa de ocupação dos loteamentos. Tal fato explica a rápida verticalização da cidade, com a construção de edifícios para as classes médias e altas, e a favelização de áreas marginais. Essa favelização foi intensificada nos anos 80, com a decadência de algumas usinas de cana-de-açúcar.

A desestruturação do parque sucroalcooleiro regional provocou ainda um processo de urbanização acelerado, intenso e desordenado, que gerou dezenas de favelas e loteamentos clandestinos, além da formação de bolsões de pobreza no entorno das principais cidades da região (SILVA; CARVALHO, 2004, apud PASSOS, 2011).

Desse modo, em Campos, como em todo o Brasil, a falta de moradia é responsável pelo crescimento da ocupação irregular. Esta, por sua vez, se mostra como única alternativa para a maioria da população, que é excluída do mercado imobiliário, esse problema comum em nosso país é responsável pelo aumento da favelização, violência e da degradação ambiental.

### **2.3- A COMUNIDADE DA ILHA EM URURAI: ÁREA DE RISCO E A VULNERABILIDADE SOCIAL**

A Comunidade da Ilha surgiu às margens do rio Ururái, situada na localidade de Ururái<sup>6</sup> que dista aproximadamente dez quilômetros do centro de Campos. A ausência do poder público e à falta de capital social contribuíram de forma substancial para o aumento da pobreza e da miséria típicas desses espaços urbanos empobrecidos, tornando essa população mais vulnerável.

A especulação imobiliária e os grandes latifúndios, herança da cultura da cana-de-açúcar, fizeram com que a população mais pobre não tivesse acesso à moradia em bairros legalizados, levando as pessoas a ocuparem áreas de risco, portanto, a exclusão social de determinados grupos sociais, os empurram para essas áreas.

Centenas de famílias construíram suas casas de forma irregular dentro da Faixa Marginal de Proteção (FMP) do Rio Ururái (Figura 2) e da faixa de domínio da Rodovia Federal BR101. A vida da população ribeirinha é sofrida, pois a maioria tem achado seu sustento através da pesca e muitos usam as águas desse rio para seu consumo diário.

---

<sup>6</sup> A localidade de Ururái não é considerada zona rural, apresentando esta peculiaridade em sua localização, não é um bairro (contíguo) do perímetro urbano da cidade de Campos, mas também não se constituiu em um distrito, embora sua população ultrapasse a de várias sedes distritais. No Plano Diretor de Campos dos Goytacazes a localidade está classificada como um “núcleo urbano” do Primeiro Distrito do Município, onde está sediada a cidade de Campos. MALAGODI, Marco A.S. & SIQUEIRA, Antenora M. Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ). **VI Encontro Nacional da Anppas** 2012 Belém - PA – Brasil, 2012.



Figura 2 – Ocupação da área de proteção do rio Ururáí



Fonte: GOOGLE EARTH, 2011(apud SOUZA, 2011).

Constantemente esta comunidade vem sofrendo com inundações, a exemplo do ocorrido em novembro e dezembro de 2008 que não só atingiu a população ribeirinha, como também a maior parte da população local.

Malagodi & Siqueira (2012) afirmam que as principais cheias e inundações na qual passam os moradores de Campos dos Goytacazes são decorrentes dos regulares transbordamentos do Rio Paraíba do Sul, sendo que as maiores que se tem notícia aconteceram nos anos de 1943, 1966 e 2007.

“Em 2007, o desastre ocorrido foi o maior da história de Campos, quando o rio atingiu a cota de 11,6 metros.” (MALAGODI & SIQUEIRA, 2012. p.6). No ano de 2008 foi a vez da Baixada Campista como um todo passar pela sua maior inundações, afetando especialmente as localidades de Ururáí e Ponta Grossa dos Fidalgos.

Em novembro de 2008, antecipando as chuvas de verão e com o município ainda se recuperando da inundações de 2007, um evento de precipitação atípica nas cabeceiras dos rios Imbé (contribuinte da Lagoa de Cima, que origina o rio Ururáí), Preto (afluente

do rio Ururaí) e Macabu (contribuinte da Lagoa Feia, que por sua vez também recebe as águas do rio Ururaí) gerou uma inundação de proporções até então não registradas. Esse fenômeno afetou várias localidades urbanas e rurais de Campos dos Goytacazes, notadamente as da bacia da Lagoa Feia, e entre elas, Ururaí. Nesta ocasião, segundo a Defesa Civil (LOUREIRO, 2008), mais de 2.500 pessoas foram afetadas em todo o município. As características do fenômeno ocorrido nos levaram a considerá-lo como um desastre – tendo em vista as dimensões apresentadas em Quarantelli (1996) – quando se gerou uma maior complexidade na demanda por intervenções institucionais. (MALAGODI & SIQUEIRA, 2012. p.7).

Segundo Arthur Soffiati<sup>7</sup>, no Rio Ururaí, existem vários estrangulamentos, sendo o principal na localidade de Ururaí. A ponte da BR-101, nesta localidade, está subdimensionada e existe, dentro do leito maior do rio, uma ocupação completamente irregular de casas de pessoas de baixa renda.

O processo de urbanização provoca alterações em todo o espaço físico, uma vez que a capacidade de degradação aparente parece ser inesgotável, acarretando impactos no ambiente e na vida dos seres humanos. Os riscos são produto da modernidade, assim como riquezas, são objetos de distribuição, constituindo posições de ameaça ou posições de classe. Existem sempre interesses e pontos de vistas conflitantes dos distintos atores da modernização e grupos de afetados. As riquezas acumulam-se em cima e os riscos em baixo. Assim os riscos parecem reforçar, e não revogar, a sociedade de classe. Os ricos podem comprar segurança e liberdade em relação ao risco. (BECK, 2010).

À época do evento, de acordo com texto colaborativo “**Enchente isola 2.000 famílias em Campos**”, divulgado na Folha de São Paulo<sup>8</sup>, o rio Ururaí, teria transbordado (Figura 3) devido às chuvas e deixado pelo menos 2.000 famílias isoladas pela enchente. “Cerca de 1.500 pessoas tiveram de deixar suas casas, e de acordo com a Defesa Civil Municipal choveu 500 mm no mês, quando a média anual de chuva na cidade é de 1.050 mm’.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/08/2008).

<sup>7</sup> Explica os fenômenos que desencadearam a grande inundação de 2007/2008 destacando entre outros fatores a ocupação das margens do Rio Ururaí. (apud [www.arthurdopv.com.br/2009/07](http://www.arthurdopv.com.br/2009/07)).

<sup>8</sup> Essa reportagem foi publicada na Folha de São Paulo em 01 de dezembro de 2008, com a colaboração da Folha da Manhã, jornal local. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0112200804.htm>> acesso em 20/06/2019.

Figura 3 – Transbordamento do rio Ururáí



Fonte: SANTOS, 2007.

De acordo com Quarantelli (2015) um desastre não é um acontecimento físico, trata-se de um acontecimento social. Os desastres são manifestações ostensivas de latentes vulnerabilidades da sociedade, basicamente de deficiências nas estruturas sociais ou nos sistemas sociais e os seres humanos são responsáveis pela vulnerabilidade.

O sistema produz vulnerabilidade, um evento extremo de alta magnitude afeta a vida das pessoas de maneiras diferentes, pois os estilos de vida das populações atingidas, principalmente as de níveis socioeconômicos mais baixos, fazem diferença nos efeitos negativos dos desastres. A vulnerabilidade social define o tempo e a capacidade de recuperação dos sujeitos. “Existe uma sistemática força de atração entre pobreza extrema e riscos extremos”. (BECK, 2010, p. 49).

Durante a inundação, Santos (2007)<sup>9</sup> pesquisava a incidência de doenças de veiculação hídrica na Comunidade em tela, para tanto, realizou trabalho de campo em que foi aplicado um

---

<sup>9</sup> Em sua pesquisa realizada em 2007, chegou a conclusão que a Comunidade apresentava elevada incidência de diarreia, e que esta estava relacionada à ausência de serviços de saneamento básico.

SANTOS, Marcela Pereira. **Saneamento Ambiental**: um estudo das doenças de veiculação hídrica na comunidade da Ilha em Ururáí. 2007. 64f. Monografia de Pós-Graduação – Centro Federal de Educação Tecnológica, Campos dos Goytacazes, 2007.

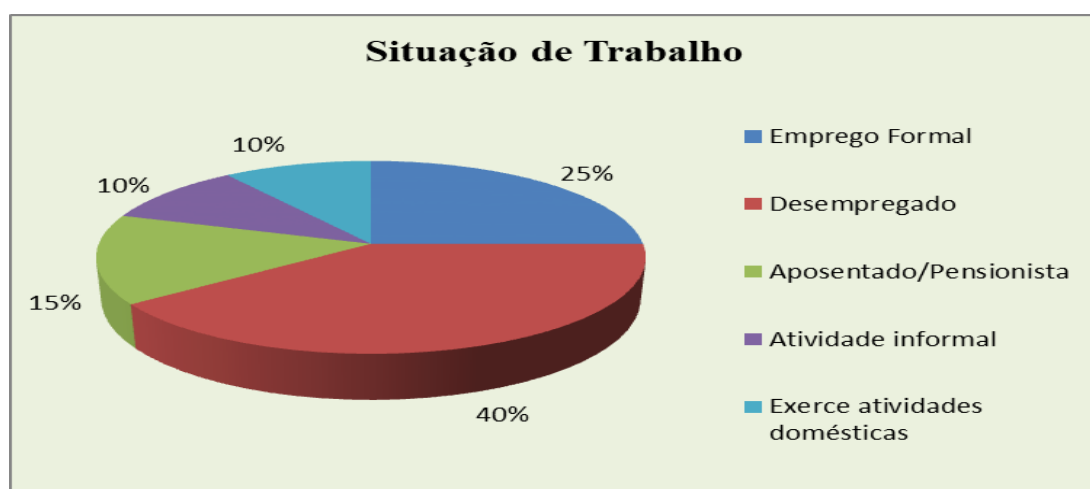
questionário com o objetivo de analisar as condições sanitárias e socioeconômicas da população residente nesta comunidade.

Na Comunidade há uma predominância de negros descendentes da população escrava, resultante de um quadro histórico de séculos de exploração de mão-de-obra utilizada nas plantações de cana-de-açúcar da região. Uma realidade de descaso para com esta população, cujos antepassados encontraram-se desprovidos de habitação, conhecimentos, patrimônio financeiro após a abolição da escravidão, e viram-se “obrigados” à sobrevivência na cidade de uma forma quase primitiva. Realidade que não foi apagada da história e muitas vezes se arrasta até os dias atuais.

Todos os entrevistados tinham seus domicílios como próprios, quando na verdade a ocupação daquela área era irregular, No entanto, vale ressaltar, conforme dito anteriormente, que a falta de uma política habitacional que contemplasse todos os segmentos da população, seria o principal fator que levou essas pessoas a ocuparem essas áreas.

Quanto ao nível educacional a maior parte dos entrevistados não conseguiu concluir o Ensino Médio, portanto, a escolaridade é muito baixa. Como consequência, a mão-de-obra acaba sendo desqualificada, dificultando assim, o acesso ao mercado de trabalho formal. Além disso, o índice de desemprego estava bem alto na época da inundação (Figura 4), com isso a pobreza nesta comunidade era visível, já que eram muitas pessoas no mesmo domicílio e geralmente somente uma pessoa trabalhava para sustentar toda a família.

Figura 4 – Situação de trabalho entre os entrevistados na Comunidade da Ilha



Fonte: SANTOS, 2007

Diante do exposto, a Comunidade da Ilha apresentava durante a inundação de 2007 e ainda apresenta uma elevada vulnerabilidade física e social, tendo em vista que, além de estar localizada em uma área suscetível ao transbordamento do rio, a população é bem pobre, logo, o tempo de recuperação para o evento de 2007 e 2008 foi muito longo, pois a maior parte das vítimas perderam praticamente tudo que tinham. Cutter (2011) destaca que a vulnerabilidade, numa definição lata, é o potencial para a perda. E inclui elementos de exposição ao risco e as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades perante um determinado perigo aumentando ou reduzindo a capacidade da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder e se recuperar de ameaças ambientais.

Ao representar a vulnerabilidade local é importante considerar não apenas um dos elementos da vulnerabilidade – físico ou social –, mas a sua intersecção. Em alguns lugares, a vulnerabilidade física pode ser bastante elevada (por exemplo, nas zonas costeiras), mas se a população residente for rica, com recursos consideráveis para a preparação para e resposta a desastres (o que equivale a menor vulnerabilidade social), a comunidade será capaz de recuperar rapidamente. Se, por outro lado, a comunidade costeira vizinha (com o mesmo nível de exposição física) apresentar características sociais diferentes (residentes pobres, idosos e pertencentes a minorias), então essa comunidade irá demorar mais tempo a recuperar, uma vez que a capacidade dos seus habitantes para absorver as perdas e recuperar é também mais limitada. (CUTTER, 2011, p.64).

Então é oportuno frisar que a ciência da vulnerabilidade não deve ignorar a realidade da desigualdade social e dos diferentes custos sociais que os riscos acarretam.

Após o evento, a Prefeitura iniciou o cadastramento das famílias para remoção conforme divulgado na empresa local em 2011<sup>10</sup>: “cerca de 40 famílias residentes na Ilha, em Ururaí, foram cadastradas para posterior remoção para o conjunto residencial no Programa Morar Feliz da Penha. Segundo o subsecretário Edson Pessanha, após a remoção das famílias os imóveis serão demolidos imediatamente, para evitar invasão”. (FREIRE, 2011).

Nesse sentido, Marandola e Hogan (2004) ressaltam que muitos proponentes de políticas traçam seus planos sem perguntar qual a opinião das populações envolvidas. No caso de

---

<sup>10</sup> No Blog de Izaura Freire - Disponível em: /izaurafreire.blogspot.com/2011/12/familias-do-bairro-ilha-em-ururaiserao.html, 2011.

retirar populações que vivem em áreas de enchentes ou de deslizamentos. O simples construir um bairro em outro local não é o suficiente para resolver a questão.

De acordo com Malagodi e Siqueira (2012) a remoção de 40 famílias de fato ocorreu no ano de 2011, todavia tudo isto não aconteceu sem resistência. Várias famílias não saíram de suas casas, denunciando o que é recorrente em todo país, não houve diálogo que levasse em consideração a expectativa da família, o respeito ao acordo de que permaneceriam nas proximidades resguardando assim as relações de vizinhança. Pois, não podemos desconsiderar que existe uma relação de apego, sentimento de pertencimento ao lugar, definido por Yi-FuTuan, de *topofilia* “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107).

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que para entendermos as contradições que permeiam a construção do espaço urbano, não podemos negligenciar o estudo dos espaços mais carentes da cidade. Porquanto, a distribuição desigual da infraestrutura dos lugares está condicionada aos interesses do capitalismo informacional que vai delineando o território de acordo com sua conveniência.

Entretanto, o potencial para a ruptura com essa lógica excludente pode advir das comunidades que vivem a extrema escassez em meio à abundância que é produzida na sociedade moderna, e desfrutada por uma minoria.

A falta de uma política habitacional que contemple os diversos segmentos da população é uma fratura social que tem contribuindo para aumentar as ocupações de áreas de risco, que além de causar graves danos ao meio ambiente, expõe as pessoas com maior vulnerabilidade social a desastres. Pois, a territorialidade do risco afeta de maneira mais intensa as áreas desprivilegiadas ou de baixo poder aquisitivo.

Nesse contexto, a Comunidade da Ilha apresenta elevada vulnerabilidade social, pois além de seus habitantes viverem em condições precárias, com falta de infraestrutura e serviços básicos como saneamento, estão em uma área suscetível a constantes inundações, como visto em 2007, este evento trouxe graves consequências para essa população. Embora parte, das famílias tenha

sido removida, faz-se necessário diálogo com os sujeitos envolvidos para que suas necessidades sejam consideradas e essas comunidades deixem de ser invisíveis ao poder público.

Dessa forma, para alcançarmos justiça social, a equidade é um componente essencial do desenvolvimento humano. Para tanto, as pessoas devem ter acesso a iguais oportunidades de forma a serem favorecidas pelos frutos da produção coletiva da riqueza. Somente assim poderiam gozar em plenitude do próprio *Direito à Cidade*, no sentido atribuído por Lefebvre (2001), enquanto luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço social.

#### 4- REFERÊNCIAS

ANDRADE, Hanrrikson de. Região alagada em Campos dos Goytacazes (RJ) sofre com problemas desde 2007. **Uol Cotidiano**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/07/regiao-alagada-em-campos-dos-goytacazes-rj-sofre-com-problemas-desde2007.htm>> acesso em 16/06/2019.

CASTELLS, Manuel. **Fim do Milênio**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_ **O poder da Identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

COELHO, MCN. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, AJT. & CUNHA, SB. (Orgs.) **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. Editora 34. São Paulo, 2010.

CUTTER, Susan L. A Ciência da Vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2011:59-69.

FREIRE, Izaura. **Blog**. Disponível em: /izaorafreire.blogspot.com/2011/12/familias-do-bairro-ilha-em-ururai-serao.html, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná; GOMES, Paulo Cesar (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**. São Paulo: Editora Bertrand, 1995.

HOGAN, Daniel J & MARANDOLA JR, Eduardo. Natural Hazard: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente e Sociedade** – vol. VII nº. 2jul./dez.2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**: Banco de dados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso: 16 jun. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MALAGODI, Marco A.S. & SIQUEIRA, Antenora M. Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ). **VI Encontro Nacional da Anppas 2012 Belém - PA – Brasil**, 2012.

\_\_\_\_\_ Inundações e ação social em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro, Brasil). ST8. **Ambiente e Sociedade**, 2012.

PASSOS, W.S. **Cana-de-açúcar, petróleo e as grandes intervenções regionais recentes**: projetos setoriais em disputa no campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento de Campos dos Goytacazes. 2011. 111f dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2011.

QUARANTELLI, Enrico Louis. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão** –Ano XVIII – nº 33 -2015.

RODRIGUES, AM. Produção do espaço e ambiente urbano. In: SPOSITO, MEB. (Org.). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. [s.n.]. Presidente Prudente, Brasil, 2001.

SANTOS, Marcela Pereira. **Saneamento Ambiental**: um estudo das doenças de veiculação hídrica na comunidade da Ilha em Ururáí. 2007. 64f. Monografia de Pós-Graduação – Centro Federal de Educação Tecnológica, Campos dos Goytacazes, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.





SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global.** Editora: Paz e Terra, RJ e SP, 2016.

SILVEIRA, R. Enchente isola 2.000 famílias em Campos. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0112200804.htm>> acesso em 20/06/2019.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **Redes,** Santa Cruz do Sul, v.15, n.1p.74-88, jan/abr.2010

SOUZA, F. P. **Estudo de Ocupação Espontânea na Lagoa do Vigário, no Município de Campos dos Goytacazes** - RJ, propostas mitigadoras e amparo legal. 2009. Dissertação (Metrado), 2009. Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

SOUZA, Janaina Manhães Barroso. **Parque Rio Ururaí:** Elaboração de ante-projeto urbanístico para transformar parte da orla do Rio Ururaí em um local de conservação, lazer e prática de esportes na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. 2011. 70f. Monografia (Graduação Arquitetura). Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

SMITH, Tim Bayliss; OWENS, Susan. O Desafio Ambiental. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (Orgs.) **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

SOFFIATI, Aristides Arthur, Até Quando disponível em <<http://www.arthurdopy.com.br/2009/07/ate-quando.html>> acesso em 9/06/2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção e valores do meio ambiente. Londrina. Eduel, 1980.